

PROJETO INDICATIVO DE LEI Nº 006/2025, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2025.

APROVADO
Em: 14/11/25
A FAVOR ☒ CONTRA ☐
Fco. Licio Zuchon Almeida
Proponente

EMENTA: Institui o Programa de Aluguel Social destinado às mulheres vítimas de violência doméstica e familiar no âmbito do Município de Caridade/CE, e dá outras providências.

A PREFEITA MUNICIPAL DE CARIDADE:

Faço saber que a Câmara Municipal de Caridade, aprovou e Eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica instituído, no âmbito do Município de Caridade, o Programa de Aluguel Social destinado às mulheres vítimas de violência doméstica e familiar que se encontrem em situação de risco e vulnerabilidade, obrigadas a deixar sua residência como forma de proteção.

Art. 2º - O Programa tem como objetivo assegurar moradia digna e segura, contribuindo para a proteção, autonomia e reestruturação de vida dessas mulheres e seus dependentes.

Art. 3º - Poderão acessar o benefício mulheres residentes no Município de Caridade que comprovem situação de violência doméstica e familiar, mediante:

- I – medida protetiva de urgência expedida pelo Poder Judiciário;
- II – Boletim de Ocorrência Policial; ou
- III – parecer ou relatório emitido por profissional de Serviço Social da rede de proteção à mulher da Assistência Social do Município.

Art. 4º - O auxílio será concedido por meio de pagamento mensal destinado à locação de imóvel residencial.

§ 1º - Os valores do benefício serão definidos por Decreto do Poder Executivo, considerando a realidade socioeconômica local.

§ 2º - O benefício será concedido pelo prazo inicial de até 06 (seis) meses, podendo ser renovado mediante avaliação técnica.

§ 3º - O pagamento poderá ser realizado diretamente ao proprietário do imóvel ou conforme regulamentação própria.

Art. 5º - O acesso ao Programa estará condicionado ao acompanhamento pela rede municipal de proteção social, visando garantir segurança, inclusão e superação da situação de violência.

Art. 6º - O benefício poderá ser suspenso ou cancelado em caso de:

I – fraude ou apresentação de informações falsas;

II – cessação da situação de vulnerabilidade e risco;

III – recusa ou abandono do acompanhamento social;

IV – descumprimento das normas estabelecidas pela gestão municipal do Programa.


Art. 7º - A Secretaria Municipal de Assistência Social será responsável pela coordenação, execução e fiscalização do Programa, podendo firmar parcerias com demais órgãos e instituições.


Art. 8º - As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.


Art. 9º - O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de até 90 (noventa) dias a contar da data de sua publicação.

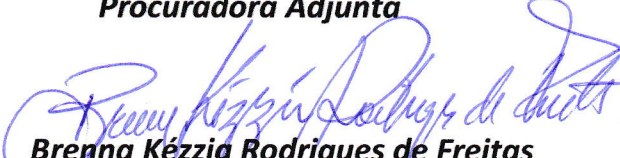
Art. 10 - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões do Plenário Vereador Vicente Ricardo Lima, aos 03 de novembro de 2025.


Sad Lutfi de Lemos Moura
Vereadora – PSD
Procuradora Especial da Mulher


Ana Isabelle Gomes Tavares
Vereadora - PSB
Procuradora Adjunta


Hirlene Mayara Ribeiro Salvino
Vereadora – PRD
Procuradora Adjunta


Brenna Kézzia Rodrigues de Freitas
Vereadora - PT

JUSTIFICATIVA

Senhor Presidente,
Senhores Vereadores,
Senhoras Vereadoras,

A violência doméstica e familiar segue causando profundos danos à integridade física, psicológica e emocional das mulheres.

Em Caridade, assim como em todo o país, inúmeros casos continuam sendo registrados, colocando mulheres e seus filhos em situação extrema de risco.

Grande parte dessas vítimas não possui renda própria ou suporte familiar, o que gera dependência econômica e dificulta a ruptura definitiva do ciclo de violência.

O medo de não ter onde morar faz com que muitas mulheres permaneçam ao lado do agressor, aumentando consideravelmente a possibilidade de reincidência da violência ou até feminicídio.

O presente Projeto de Lei oferece uma resposta concreta a esse cenário, ao garantir que as mulheres de Caridade que precisem se afastar de seus agressores tenham moradia imediata, segura e digna, condição essencial para que possam reconstruir suas vidas com proteção e autonomia.


A iniciativa encontra respaldo:


- Na Constituição Federal — dignidade humana, segurança e proteção à família.
- Na Lei Maria da Penha — que determina a atuação do Poder Público na proteção das vítimas.
- Nas diretrizes do SUAS — que asseguram proteção social às pessoas em risco.


Além de preservar vidas, o Programa reflete um compromisso com a promoção da igualdade, dos direitos humanos e da justiça social no Município de Caridade.

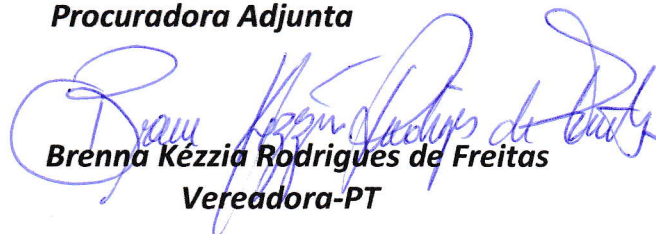
Assim, conclamamos o apoio dos nobres vereadores para aprovação desta importante proposição, que representa avanço significativo na proteção às

mulheres caridadenses, garantindo-lhes acolhimento, dignidade e oportunidade de recomeço livre da violência.


Sad Lutfi de Lemos Moura
Vereadora – PSD
Procuradora Especial da Mulher


Hirlene Mayara Ribeiro Salvino
Vereadora – PRD
Procuradora Adjunta


Ana Isabelle Gomes Tavares
Vereadora - PSB
Procuradora Adjunta


Brenna Kézzia Rodrigues de Freitas
Vereadora-PT